



Algodões Transgênicos: grave ameaça ao algodão agroecológico e orgânico da Agricultura Familiar no Semi-árido nordestino

Pedro Jorge B. F. Lima¹

Algodão agroecológico e orgânico no Brasil

A produção de algodão agroecológico/orgânico² no Brasil começou em 1993 no Ceará, quando no município de Tauá, a Adec beneficiou e comercializou a primeira safra colhida por agricultores familiares. Por três anos consecutivos o produto foi destinado à fabricação de camisetas para o Greenpeace pela Filobel Indústrias Têxteis do Brasil.

Durante dez anos o algodão agroecológico padecia com as dificuldades de colocação no mercado pois nenhuma empresa demonstrava interesse em estabelecer uma cadeia de forma permanente com volumes de pluma inferiores a 5 toneladas/ano. Mesmo assim, até 2002 a pluma de algodão de Tauá sempre foi vendida no mercado orgânico a preços 30% superiores aos do produto convencional.

Mudança significativa no cenário

Em 2004, a empresa francesa Veja Fair Trade, que atua no comércio justo, passou a adquirir o algodão cearense com um contrato de compra de médio prazo, pagando preços cerca de 100% superiores aos praticados no mercado convencional.

Isto permitiu estimular a expansão da produção através de agricultores/as familiares de mais sete municípios cearenses de modo a atender ao crescimento da demanda. Em 2005 foi a vez da Justa Trama, (rede de cooperativas e associações de trabalhadores/as da cadeia têxtil liderada pela Univens, uma cooperativa de costureiras de Porto Alegre), começar a adquirir algodão agroecológico no Ceará, pautando-se pelas normas do comércio justo/mercado solidário.

Assim, cresceu o interesse pela produção e em 2007 já são 235 agricultores/as que

¹Engenheiro Agrônomo, Mestre, Pesquisador do ESPLAR – Centro de Pesquisa e Assessoria – Fortaleza, CE. (Email: pedrojorge@esplar.org.br)

²Para fins desse estudo, considera-se algodão orgânico aquele que é auditado e certificado por um organismo credenciado como certificador de produtos orgânicos. Já o algodão agroecológico é aquele cultivado conforme as práticas da agroecologia, ou seja, preenche os requisitos para a certificação orgânica, porém não é certificado como tal, seja por falta de recursos dos agricultores para arcar com os custos da certificação, ou porque o comprador da fibra dispensa o certificado.

colheram cerca de 42 toneladas de algodão agroecológico, em sistemas consorciados com milho, feijão e gergerlim que estão sendo inspecionados para obtenção do selo orgânico.

Produção e mercado do algodão agroecológico/orgânico do Nordeste

A partir de 2003 novos grupos de agricultores/as familiares se organizaram em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte os quais junto com os agricultores/as cearenses, totalizaram 304 em 2006. Naquele ano a área colhida chegou a 270 hectares com uma produção de 36 toneladas de algodão em rama, que representou cerca de 64,7% da produção brasileira.

Em 2007 a produção nos quatro Estados deve triplicar, alcançando mais de 100 toneladas, com destaque para os avanços no rendimento médio no Ceará e para a produção de algodões coloridos, por iniciativa da Natural Fashion, na Paraíba.

Ainda em 2007, a produção de Pernambuco e Rio Grande do Norte está sendo adquirida por duas empresas francesas do comércio justo, EnVão e Tudo Bom. Na Paraíba a empresa YD Confecções/Coexis, de São Paulo mantém contrato com associações de assentados para compra do algodão branco. Os algodões coloridos são adquiridos pela Natural Fashion, de Campina Grande, também sob contrato. Essa empresa também implantou áreas de produção própria de algodões coloridos e em ambos os casos, deve receber a certificação orgânica.

Os preços pagos pelo comércio justo e pelo mercado orgânico funcionam como um importante estímulo, atraindo um número crescente de agricultores/as familiares, num contexto de rendimentos baixos, (quando comparados com aqueles obtidos pelo algodão do Centro-Oeste e do Sudoeste da Bahia) a ingressarem na atividade.

Demanda mundial de algodão orgânico

A demanda internacional por algodão orgânico experimentou crescimento exponencial nos últimos cinco anos, estimulando o desenvolvimento da oferta nos cerca de vinte países produtores da fibra.. *"De acordo com ORGANIC EXCHANGE (2006), o número de marcas e varejistas que oferecem produtos de algodão orgânico cresceu exponencialmente entre 2001 e 2005 no Japão, Europa e América do Norte, atraindo o interesse de empresas como a Nike, C&A, Timberland, Levis, Mark & Spencer e H&M, entre outras. Nesse período, as vendas passaram de US\$ 245 milhões para US\$ 583 milhões, com uma taxa média anual de crescimento de 35%. Mas a demanda pela fibra*

de algodão orgânico é muito maior que a oferta, tendo aumentado de 5.720 ton em 2000 para 32.326 ton em 2005, ou seja, uma taxa média anual de crescimento de 93%.”(LIMA e SOUZA, 2007, p.).

Enquanto a demanda cresce, as empresas que atuam no chamado comércio justo também se multiplicam nos países do Norte e direcionam sua ação exclusivamente para a produção oriunda de organizações da agricultura familiar de países em desenvolvimento.

Essas empresas condicionam a aquisição do produto à adoção de práticas que priorizem o desenvolvimento social e econômico, as relações justas de trabalho e a manutenção da qualidade ambiental. Neste contexto, essas empresas têm priorizado a aquisição de produtos cultivados em bases orgânicas e agroecológicas. Adquirem regularmente castanha de caju, café, frutas processadas, artesanato e mais recentemente confecções e tênis produzidos com algodão agroecológico.

Várias dessas empresas já atuam no semi-árido nordestino adotando critérios de desenvolvimento social, econômico e também relativos às condições de trabalho vigentes nas diferentes cadeias e são cada vez mais exigentes em relação às questões ambientais, priorizando a produção em bases orgânicas.

A ameaça dos transgênicos

Num contexto em que a produção de algodão agroecológico/orgânico de base familiar no semi-árido nordestino experimenta um crescimento calcado em bases consistentes, a liberação do cultivo de algodões geneticamente modificados é uma grave ameaça. Isto se dá porque a Agricultura Orgânica não admite, sob qualquer hipótese, o emprego de organismos resultantes de transgenia. Os Organismos Geneticamente Modificados *“...e seus derivados (incluindo ingredientes, aditivos e auxiliares de processamento) são proibidos na produção e no processamento de alimentos orgânicos, tendo em vista a sua incompatibilidade com os princípios da agricultura orgânica, sua natureza irreversível e os riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde humana.”* (Instituto Biodinâmico – IBD, 2006, p.81).

No caso do algodão, *“O fluxo gênico a partir de cultivares convencionais ou transgênicos é indesejado, pois pode afetar a estrutura genética das demais populações. Na falta de barreiras sexuais completas, o isolamento geográfico entre cultivares e as populações que se deseja proteger tem sido usado para reduzir a probabilidade de cruzamento.*

Como “todas as espécies de algodoeiro encontradas no país são sexualmente

compatíveis e os cruzamentos são mediados por insetos polinizadores (McGregor, 1976, citado por Barroso *et alii*, 2005) a presença de lavouras de algodões transgênicos na região em locais onde vem crescendo a produção agroecológica/orgânica é um risco real e preocupante.

O mais grave é que, com uma eventual implantação de lavouras transgênicas, os produtores/as nordestinos de algodão agroecológico/orgânico verão abortada essa importante retomada da atividade algodoeira, na região, agora em bases sustentáveis.

Outro sério risco de contaminação decorre da costumeira distribuição de “caroço” de algodão pelas usinas de beneficiamento utilizado como semente para o plantio, apesar das normas legais vedarem tal prática, a qual não é efetivamente fiscalizada.

Os algodões coloridos, resultantes de pesquisa da Embrapa Algodão, agora certificados como orgânicos e empregados em confecções produzidas pela Natural Fashion e CoopNatural que, a cada dia ganham mais espaço nos mercados nacional e europeu, também estão seriamente ameaçados por uma eventual contaminação. Isto pode significar a desestruturação de uma cadeia que gera renda para mais de 800 famílias engajadas no ramo de confecções na Paraíba.

A produção de algodão agroecológico/orgânico desperta junto a agricultores e agricultoras familiares do semi-árido uma expectativa muito positiva de voltarem a ter, novamente, no algodão uma importante fonte de renda. No entanto, todos os problemas mencionados podem inviabilizar por completo o acesso desse setor da produção algodoeira aos diferentes agentes do mercado orgânico e do comércio justo.

Atualmente, no Nordeste são cerca de quatrocentas famílias dedicadas à produção do algodão agroecológico/orgânico que, com as oportunidades de mercado assegurado no comércio justo e no mercado orgânico, em poucos anos poderão vir a ser milhares.

Em 2007 toda o algodão desses agricultores/as familiares é vendido em pluma, com maior valor agregado, muito diferente do que ocorria em passado recente, quando a comercialização era exclusivamente de algodão em rama, vendido a corretores que repassavam às usinas de beneficiamento.

Revisão da proposta de zoneamento para algodoeiros transgênicos

A Embrapa, quando elaborou em 2005 a proposta de “Zonas de exclusão de algodoeiros transgênicos para preservação de espécies de *Gossypium* nativas ou

naturalizadas” (BARROSO, 2005), provavelmente não levou em conta o potencial do semi-árido nordestino em relação ao algodão orgânico e agroecológico, pois até aquele ano, essa produção era irrelevante em termos de área e de volume, restringindo-se na prática, ao Ceará. O recente crescimento dessa produção observado em 2006 e em 2007 aponta para possibilidades muito promissoras de que essa atividade, desenvolvida quase exclusivamente pela Agricultura de base Familiar, no médio prazo se torne cada vez mais significativa para esse importante segmento da população rural na região.

Assim, estamos encaminhando à Embrapa solicitação para que aquela empresa modifique sua proposta de zoneamento para os algodoeiros transgênicos, de modo a estender a todo o Bioma Caatinga as zonas de exclusão propostas em 2005. (BARROSO et.alii).

Por fim, demandamos ao Governo Federal que efetive uma política agrícola onde sejam respeitados os direitos dos agricultores e agricultoras familiares de poderem continuar produzindo em bases que lhes garantam autonomia, renda e segurança alimentar.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

INSTITUTO BIODINÂMICO - IBD. Diretrizes para o padrão de qualidade orgânico instituto biodinâmico. 13. ed. 2006. Disponível em: <http://www.ibd.com.br/Downloads/DirLeg/Diretrizes/8.1.2-Diretrizes_IBD_102006_13%20Edicao.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2007.

LIMA, P. J. B. F. Ecological management of “mocó” cotton in northeast Brazil. In: I Conferência Internacional da IFOAM sobre algodão orgânico. Cairo, 1993

LIMA, P. J. B. F. **Algodão Orgânico**: bases técnicas da produção, certificação, industrialização e mercado. In: VIII Reunião Nacional do Algodão, Londrina – PR, 28 Sago-1 set, 1995. mimeo, 20p.

LIMA, Pedro Jorge B. F.; SOUZA, Maria Célia Martins de. **Produção brasileira de algodão orgânico e agroecológico em 2006**. Fortaleza: Esplar, 2007.

BARROSO, Paulo Augusto Vianna et al. **Zonas de exclusão de algodoeiros transgênicos para preservação de espécies de *Gossypium* nativas ou naturalizadas**. Campina Grande: Embrapa Algodão, 2005. (Embrapa Algodão. Comunicado Técnico, 242).

ORGANIC EXCHANGE. **Organic cotton market report**: an in-depth look at a growing global market. Executive Summary, 6p.Spring 2006.